



AS FIGURAS DA LOUCURA NA LITERATURA E NA ARTE: LEITURAS FOUCAULTIANAS SOBRE A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA LOUCURA

1

Figures Of Madness In Literature And Art: Foucaultian Readings On The Historical Construction Of Madness

AUTORA: Gabriely Rosa dos Prazeres

Enviado: 15/01/2025
Aceito: 23/04/2025

Gabriely Rosa dos Prazeres

Graduada em Serviço Social pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – Uniasselvi (2024) e em Psicologia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa (2025). Pós-graduada em Saúde Pública com ênfase em Saúde da Família e pós-graduanda em Psicologia Social (2025). Atuou como estagiária na Clínica Desenvolva Terapias Especializadas (2022–2023) e, entre 2024 e 2025, participou como voluntária no Programa de Atendimento Psicológico Estudantil (PAPSE), na Rede de Escuta Psicológica (REP) e como bolsista no Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde): Equidade.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4622899478671102>

RESUMO

O estudo analisa a loucura com base nas categorias teóricas de Michel Foucault, abordando os deslocamentos históricos nas formas de percebê-la e manejá-la socialmente. A partir da análise de obras literárias e pictóricas — como as pinturas de Bosch e os textos de Brant e Erasmo —, são discutidas figuras que performam a loucura em diferentes contextos e como essas representações foram retomadas por Foucault para refletir sobre as mutações nos discursos e nos espaços determinados a ela em diferentes períodos. O texto percorre momentos desde a Idade Média até o surgimento do modelo asilar e da biopolítica moderna, destacando como a loucura foi sendo cada vez mais capturada e contornada pelos mecanismos de biopoder.

Palavras-chave: Loucura; arte; literatura; biopoder.





ABSTRACT

The study analyzes madness based on Michel Foucault's theoretical categories, addressing the historical shifts in the ways of perceiving and managing it socially. Based on the analysis of literary and pictorial works — such as Bosch's paintings and the texts of Brant and Erasmus —, the authors discuss figures that perform madness in different contexts and how these representations were revisited by Foucault to reflect on the changes in the discourses and spaces determined for it in different periods. The text covers periods from the Middle Ages to the emergence of the asylum model and modern biopolitics, highlighting how madness was increasingly captured and circumvented by mechanisms of biopower.

Keywords: Madness; art; literature; biopower.

“[...] se tantos homens em quem supomos juízo são reclusos por dementes, quem nos afirma que o alienado não é o alienista?”

- Machado de Assis, “O alienista”.



INTRODUÇÃO



Em dado momento, num lugar não tão longínquo, havia um homem chamado Jorge, que, na verdade, era um grande rei. O rei Jorge tinha súditos de confiança, filhos e uma rainha a quem amava; tinha também verdades e sentidos fundamentais que guiavam sua vida e seu próspero reinado. Seu reino tinha lindos campos floridos, com casas douradas e pássaros que iluminavam o céu como estrelas cadentes.

Certo fatídico dia, invadiram seu reino para tomar seus bens mais preciosos, sequestraram sua família e o afastaram de seu magnífico castelo; mataram seus pássaros, derrubaram as casas e queimaram toda a extensão de seus campos. O rei ficou em ruínas. Perdeu, de uma só vez, aquilo que outrora podia chamar de lar. Se já não fosse isso abissal, trocaram ainda seu nome, o trancafiaram sem vestes em um porão sujo e úmido e negaram-lhe comida. Não cortaram a sua cabeça, mas o despedaçaram das mais diversas formas. A pior delas, que o atingiu como uma adaga afiada, foi quando lhe disseram repetidas vezes que nunca foi rei, que havia inventado uma coroa e um mundo frágil, feito de tinta em papel. Dito isso, Jorge não mais era rei; Jorge não mais era Jorge. Disseram-lhe que suas verdades e sentidos eram vazios. Pior: disseram que se era de fato rei, que fosse logo o “rei-louco” e assim o chamaram desde então. Nunca ouviram o que ele tinha a dizer, se tivessem lhe dado ao menos uma chance, ele teria lhes dito talvez, “queria que soubessem, que nem sempre fui considerado louco”.

Esse caso, uma metáfora possível, é útil para iniciarmos algumas discussões importantes acerca de como a loucura é socialmente percebida e manejada. A partir das categorias teóricas de Michel Foucault, busca-se compreender algumas figuras e locais socialmente delegados à loucura, bem como refletir sobre como a literatura e a pintura podem tanto reproduzir quanto desafiar os valores sociais atrelados à sua face. Além disso, é possível elaborar como esses espaços sociais, tangíveis e intangíveis, estabeleceram, em certos períodos, experiências de cárcere e desumanidade frente ao sujeito definido como “louco”. Ao longo do texto, percorre-se alguns caminhos teóricos e históricos para pensar a construção da loucura como categoria social. Iniciamos com a Idade Média e Renascença, explorando como a loucura foi representada na arte e na literatura. Em seguida, analisamos o internamento e a moralização da loucura durante o Classicismo. Por fim, abordamos a consolidação do modelo asilar e a maneira de emergir do biopoder, refletindo sobre como esses movimentos históricos moldaram as formas de lidar com a loucura até os dias atuais.



1. A HISTÓRIA DA LOUCURA EM MICHEL FOUCAULT



A concepção de loucura, conforme é pensada e difundida na sociedade contemporânea, como patologia/doença mental relacionada diretamente aos cuidados médicos, é socialmente construída, no sentido de que os discursos, papéis e espaços sociais que a ela se impõem hoje, sofreram diversas modificações ao longo da história (CAPONI, 2012). É nesse viés que no livro *A história da loucura na idade clássica*, o filósofo Michel Foucault reconstrói o percurso de algumas dessas múltiplas concepções historicamente, buscando entender as tecnologias da exclusão que operam sobre o louco em períodos diversos.

1.1 A LOUCURA NA IDADE MÉDIA E RENASCIMENTO

Para elaborar sobre esses mutáveis padrões que criam, modificam e permeiam a ideia de loucura perante a sociedade, Michel Foucault cita como exemplo a função da “Nau dos Loucos”, figura presente em alguns locais na Idade Média:

Eles existiram, esses barcos que levavam sua carga insana de uma cidade para outra. Os loucos tinham então uma existência facilmente errante. As cidades escorraçavam-nos de seus muros; deixava-se que corresse pelos campos distantes, quando não eram confiados a grupos de mercadores e peregrinos (FOUCAULT, 1978, p. 13).

Esse lugar delegado aos loucos continha diversos significados, a loucura era inserida em um exílio ritualístico de purificação, uma peregrinação que abria oportunidade para o milagre; a libertação da loucura, mas também uma verdade levada com ela, que estava presente em um horizonte familiar na Idade Média (FOUCAULT, 1978, p. 16). Essa jornada de purificação possível através dos mares foi uma das faces que a loucura assumiu, esta, como outras atreladas a ela, sustentava-se a partir de alguns mecanismos importantes.

Um dos meios para construção da representação da loucura são os discursos; sendo ela objeto destes, aparecendo, por exemplo, na literatura e pintura que podem servir para refletir e desafiar os valores sociais atrelados a esta. Nesse sentido, no período do fim da Idade Média ao Renascimento, sob suas formas diversas, plásticas ou literárias, não houve apenas um significado comum da loucura. A pintura mergulhou numa experiência que se afastava cada vez mais da linguagem, assim a figura e a palavra ilustravam a mesma fábula da loucura no mesmo mundo moral; mas começaram ali, a tomar duas direções diferentes (FOUCAULT, 1978, p. 23).



Para elaborar essa relação e suscitar o debate acerca da transição entre as transformações sociais/culturais e das percepções quanto à loucura nesse período, Foucault trabalha as obras de alguns pintores renascentistas como Pieter Bruegel, Thierry Bouts, Dürer, Hieronymus Bosch e outros, que trazem a representação de uma manifestação cósmica obscura da loucura no século XV, como na obra *A Nau dos Loucos* (originalmente *Das Narrenschiff*), de Hieronymus Bosch, que reflete os loucos como figuras insanas, à espreita, uma desordem obscura do mundo (FOUCAULT, 1978, p. 29). Abaixo, na Figura 1, a obra citada.

Figura 1 - *A Nau dos Loucos*, óleo sobre madeira, Hieronymus Bosch, 1490.





Fonte: Site Wikipedia.

Numa série de imagens desse tipo, a Renascença exprimiu a partir da fantasia o que ela pressentia das ameaças e segredos do mundo. A loucura tem, nesses elementos, uma força primitiva de revelação de sua própria verdade: o onírico é real, a partir dele são possíveis fantasmas assombrosos, o destino secreto dos homens, as figuras inquietantes que se eternizam nas noites. É nessa trama da imagem enigmática da pintura do século XV, que se desenvolveu a visão trágica da loucura (FOUCAULT, 1978, p. 33).

Na transição entre o fim da Idade Média e o Renascimento, a loucura passou a simbolizar uma inquietação crescente na cultura europeia, isso, porque a figura do louco ganhou destaque por sua ambiguidade, representando tanto uma ameaça (como exemplificado anteriormente), quanto um objeto de desprezo, refletindo o ridículo dos homens (FOUCAULT, 1978, p. 18).





Nesse sentido, no domínio da expressão da literatura, a experiência da loucura no século XV e XVI assumiu sobretudo o aspecto de uma sátira moral (FOUCAULT, 1978, p. 31). Construiu-se uma retórica crítica da figura do louco e a visualização disso é possível a partir de alguns escritores como Sebastian Brant e Erasmo: em alguns dos contos e poemas de Brant, sobretudo a obra *A Nau dos Insensatos* (originalmente *Das Narrenschiff*), o retrato dos insensatos que viajavam nessas embarcações “são os avaros, os delatores, os bêbados [...] que se entregam à desordem e à devassidão; os que interpretam mal as Escrituras, os que praticam o adultério” (FOUCAULT, 1978, p. 30); na obra de Erasmo também, a loucura não está ligada ao mundo e a suas formas subterrâneas, mas sim ao homem, suas fraquezas, sonhos e ilusões; a loucura não está mais à espreita do homem, numa face fantasmagórica, não, ela se insinua nele, está no relacionamento que o homem mantém consigo mesmo (FOUCAULT, 1978, p. 29).

Nessa ambiguidade de sentidos da loucura da Renascença, de um lado, há representação de uma *Nau dos Loucos* com rostos furiosos como em Bosch e outros pintores, que mergulham em uma obscuridade ameaçadora do mundo e falam de estranhos saberes, em uma experiência trágica da loucura. Do outro lado, no literato, há em escritos como os de Brant, uma *Nau dos Loucos* que constitui para os sensatos uma viagem exemplar e didática dos defeitos humanos, uma visão que eleva os sentidos morais, em uma experiência crítica da loucura (FOUCAULT, 1978, p. 32).

Para o segundo, a loucura apenas reflete os defeitos dos homens, a insanidade que pertence à imoralidade, é considerada no universo do discurso. Aí ela se apura, torna-se mais sutil e também se desarma. Muda de escala; ela nasce no coração dos homens, organiza e desorganiza sua conduta; embora governe as cidades, a verdade calma das coisas, a grande natureza a ignora. Logo desaparece, quando aparece o essencial que é vida e morte, justiça e verdade. Pode ser que todos os homens estejam submetidos a ela, mas seu império será sempre mesquinho e relativo, pois ela se revela em sua medíocre verdade aos olhos do sábio. Para este, ela se torna objeto, e do pior modo, pois se torna objeto de seu riso (FOUCAULT, 1978, p. 33).

O fato é que essa visão moral da loucura, representada por alguns autores, é a que se sobressai. Para Foucault (1978, p. 34) “a consciência crítica da loucura viu-se cada vez mais posta sob uma luz mais forte, enquanto penetravam progressivamente na penumbra suas figuras trágicas”, nesse ponto, a figura trágica não é de todo anulada, mas fica oculta, mascarada por um discurso crítico.





1. 2 CLASSICISMO E INTERNAMENTO

A partir disso, nos séculos XVII e XVIII destaca-se um discurso moral da loucura, mas para o fortalecimento dele, uma sucessão de fatores é necessária. Foucault (1978, p. 10) estabelece uma relação entre uma quantidade abundante de leprosários, que isolava os leprosos durante a Idade Média, mas que quando o problema da lepra foi reduzido e esses espaços desocupados, passam gradativamente a ser palco de outro tipo de exclusão:

Frequentemente nos mesmos locais, os jogos da exclusão serão retomados, estranhamente semelhantes aos primeiros, dois ou três séculos mais tarde. Pobres, vagabundos, presidiários e "cabeças alienadas" assumirão o papel abandonado pelo lazarento, e veremos que salvação se espera dessa exclusão, para eles e para aqueles que os excluem (FOUCAULT, 1978, p. 10).

Nesse sentido, a loucura, juntamente com outros personagens, é formulada como sucessora da lepra em um espaço de exclusão social, uma população reclusa, submetida a um conjunto de juízos morais. E é no sentido dessa exclusão, como em Brant e Erasmo, que a loucura começa a se avizinhar com o pecado:

Este parentesco entre as penas da loucura e a punição da devassidão não é um vestígio de arcaísmo na consciência europeia. Pelo contrário, ele se definiu no limiar do mundo moderno, dado que foi o século XVII que praticamente o descobriu. Ao inventar, na geometria imaginária de sua moral, o espaço do internamento, a época clássica acabava de encontrar ao mesmo tempo uma pátria e um lugar de redenção comuns aos pecados contra a carne e às faltas contra a razão (FOUCAULT, 1978, p. 99).

A repressão dessa loucura então carrega uma ideia de purificação, uma revolução moral na sociedade, onde a repressão adquire uma eficácia na cura dos corpos e na purificação das almas. Nasce assim a era Clássica da loucura, uma era de internamento.

O Classicismo inventou o internamento, um pouco como a Idade Média a segregação dos leprosos; o vazio deixado por estes foi ocupado por novas personagens no mundo europeu: são os "internos". O leprosário tinha um sentido apenas médico; muitas outras funções representaram seu papel nesse gesto de banimento que abria espaços malditos. O gesto que aprisiona não é mais simples: também ele tem significações políticas, sociais, religiosas, econômicas, morais (FOUCAULT, 1978, p. 61).





Nesses locais, prisões, casas de detenção, alguns chamados hospitais, mas que não carregavam consigo carga médica, tinham outras funções: eram antes de tudo, estruturas semi jurídicas, uma espécie de entidade administrativa que, ao lado dos poderes já constituídos, e além dos tribunais, decide, julga e executa (FOUCAULT, 1978, p. 57). Assim, entre os mesmos muros estavam os loucos, mas também qualquer outro condenado que perturbasse a ordem social da época ou não servisse a seus interesses. Ocorrendo dessa forma uma mudança para a percepção da loucura em comparação a Idade Média.

A loucura deixou de ser, nos confins do mundo, do homem e da morte, uma figura escatológica; a noite na qual ela tinha os olhos fixos e da qual nasciam as formas do impossível se dissipou. O esquecimento cai sobre o mundo sulcado pela livre escravidão de sua Nau: ela não irá mais de um aquém para um além, em sua estranha passagem; nunca mais ela será esse limite fugidio e absoluto. Ei-la amarrada, solidamente, no meio das coisas e das pessoas. Retida e segura. Não existe mais a barca, porém o hospital (FOUCAULT, 1978, p. 48).

Esse gesto de internamento tinha uma implicação mais profunda: ele não apenas separava indivíduos desconhecidos, mas também transformava rostos conhecidos na paisagem social, tornando-os figuras estranhas, desfazendo familiaridades e afastando algo da natureza humana do entendimento, criando o alienado no encarceramento (FOUCAULT, 1978, p. 92).



Existem utilidades sociais desse internamento e o papel desempenhado por esses personagens excluídos. A nova face da loucura, em sua exclusão, sustentava importantes pilares nessa sociedade, como, por exemplo, sua economia.

Em toda a Europa o internamento tem o mesmo sentido, se for considerado pelo menos em suas origens. Constitui uma das respostas dadas pelo século XVII a uma crise econômica que afeta o mundo ocidental em sua totalidade: diminuição dos salários, desemprego, escassez de moeda, devendo-se este conjunto de fatos

[...] Toda vez que se produz uma crise, e que o número de pobres sobe verticalmente, as casas de internamento retomam, pelo menos por algum tempo, sua original significação econômica (FOUCAULT, 1978, p. 76).

Há dois lados nessa dinâmica econômica: durante períodos de pleno emprego e altos salários, a mão-de-obra barata era disponibilizada; enquanto em tempos de desemprego, o trabalho dos presos ajudaram a reabsorver os ociosos e proteger a sociedade contra possíveis agitações e revoltas (FOUCAULT, 1978, p. 77).





O internamento reflete assim questões sociais amplas, onde o confinamento desempenha funções específicas para a manutenção econômica e moral da sociedade fora dos muros. À medida que as práticas de internamento evoluem, a loucura continua a ser moldada e reinterpretada, assumindo a face de novas figuras que desempenham papéis diversos na ordem social.

1.3 A CONSTRUÇÃO DO ASILO E O BIOPODER

O classicismo se interpõe por um longo período, mas assim como ocorreu antes dele, alguma coisa começa gradualmente a mudar na percepção da loucura. No decorrer do século XVIII, no mesmo lugar onde a loucura foi inserida, entre outros muitos personagens em um grupo abstrato, ela começa a evidenciar-se, ainda que confusamente (FOUCAULT, 1978, p. 417).

Portanto, o essencial do movimento que se desenvolve na segunda metade do século XVIII não é a reforma das instituições ou a renovação de seu espírito, mas esse resvalar espontâneo que determina e isola asilos especialmente destinados aos loucos. A loucura não rompeu o círculo do internamento, mas se desloca e começa a tomar suas distâncias. Dir-se-ia uma nova exclusão no interior da antiga, como se tivesse sido necessário esse novo exílio para que a loucura enfim encontrasse sua morada e pudesse ficar em pé sozinha (FOUCAULT, 1978, p. 423).

Antes misturada a toda a face de exclusão presente no internamento, a loucura nesse processo especifica-se, é percebida em algumas diferenciações. Segundo Foucault (1978, p. 425) os loucos adquirem distinções entre si e múltiplos rostos começam a aparecer e são categorizados.

Sobre isso, William Tuke e Philippe Pinel e seus contemporâneos foram retratados por alguns autores das teorias reformistas da psiquiatria como pioneiros humanitários da reforma do tratamento dos loucos, sendo atreladas às novas categorizações da loucura e à constituição dos asilos do século XIX (FOUCAULT, 1978, p. 422). Constrói-se no discurso desses uma suposta ideia de “libertação” das correntes dos loucos (FOUCAULT, 1978, p. 55). Mas essa é uma ideia erroneamente disseminada, pois o que Pinel e seus contemporâneos chamaram de descoberta da filantropia e da ciência é apenas um retomada do movimento e ideias já formuladas anos antes, durante o século XVIII, por diversos processos sociais (FOUCAULT, 1978, p. 147).





Essa consciência da loucura que se desenvolveu não evoluiu como um movimento humanitário e piedoso que a teria aproximado da realidade humana do louco, no sentido de uma libertação. Mudou lentamente no interior do espaço do internamento, onde se formou gradualmente a consciência da loucura contemporânea, unindo essa loucura ao internamento (FOUCAULT, 1978, p. 435). A sociedade reage de um lado mediante um conjunto de fatores sociais, a partir dos quais, são criadas casas reservadas aos insensatos, entre outras medidas que lhe permitam dominar a loucura; se dividem e se reconhecem o louco e o não-louco; no curso desses anos formaram-se algumas figuras e delas surgiram os mitos de um reconhecimento objetivo e médico da loucura (FOUCAULT, 1978, p. 465).

Essa transformação do internamento, ao qual a era Clássica não havia dado outras funções além das de exclusão e correção, no asilo, não surge através da introdução progressiva da medicina, mas de uma reestruturação interna desse espaço. Para Foucault (1978, p. 466), se “durante muito tempo, o pensamento médico e a prática do internamento haviam permanecido estranhos um ao outro [...]. Ao final do século XVIII, essas duas figuras se aproximam”. Com o novo personagem do médico, que se transforma gradualmente na figura essencial que comanda o asilo, a doença mental na relação com as atribuições da medicina, torna-se possível (FOUCAULT, 1978, p. 547).

Assim, a suposta libertação de Pinel não aconteceu nos sentidos em que foi sugerida, isso porque ela não liberta, mas aprisiona, encerra o louco em uma realidade que ele não escapa, agora tratado como doente endereçado ao trabalho médico. De acordo com Foucault (1978, p. 55) é “entre os muros do internamento que Pinel e a psiquiatria do século XIX encontrarão os loucos; é lá — não nos esqueçamos — que eles os deixarão, não sem antes se vangloriarem por terem-nos “libertado””. Embora não tenha sido essa uma atitude isolada e humanitária como na narrada pelos reformistas, a partir de Pinel e outros teóricos, acentua-se a formação de um espaço para uma consolidação dessa psiquiatria.

Acredita-se que Tuke e Pinel abriram o asilo ao conhecimento médico. Não introduziram uma ciência, mas uma personagem, cujos poderes atribuíam a esse saber apenas um disfarce ou, no máximo, sua justificativa. Esses poderes, por natureza, são de ordem moral e social; estão enraizados na minoridade do louco, na alienação de sua pessoa, e não de seu espírito. Se a personagem do médico pode delimitar a loucura, não é porque a conhece, é porque a domina (FOUCAULT, 1978, p. 549).





Nesse domínio médico, para conter a loucura era necessário disciplinar os corpos, controlar as vontades, submetê-los a uma vigilância contínua que somente poderia ocorrer no interior do asilo, no distanciamento da família e sociedade (CAPONI, 2012). Constitui-se dessa forma, em múltiplas movimentações, um campo asilar que tende a crescer, a loucura adentra um esquema médico e nele, quanto mais ela é objetivada como doença, menos é certa. O gesto que a liberta para verificá-la é ao mesmo tempo, a operação que a dissemina e oculta em todas as formas concretas da razão (FOUCAULT, 1978, p. 513).

A loucura só escapou ao arbitrário para entrar numa espécie de processo indefinido para o qual o asilo fornece ao mesmo tempo policiais, promotores, juizes e carrascos. Um processo onde toda falta da vida, por uma virtude própria à existência asilar, torna-se crime social, vigiado, condenado e castigado. [...] O louco "libertado" por Pinel e, depois dele, o louco do internamento moderno, são personagens sob processo. Se têm o privilégio de não mais serem misturados ou assimilados a condenados, são condenados a estar, a todo momento, sujeitos a um ato de acusação cujo texto nunca é revelado, pois é toda a vida no asilo que o formula (FOUCAULT, 1978, p. 447).

O asilo funciona como um mecanismo de uniformização moral e de controle social, em uma moralidade imposta universalmente. Antes mesmo de se manifestar nos indivíduos, a doença da loucura é formulada, então o asilo opera como instrumento uma continuidade entre a loucura e a razão (FOUCAULT, 1978, p. 538).

Esse deslocamento para um novo campo do saber, o saber psiquiátrico, permite classificar um conjunto cada vez mais amplo de condutas e comportamentos como patologias psíquicas que demandam intervenções terapêuticas, tornam-se, pouco a pouco, objeto de discursos e de práticas médicas (CAPONI, 2012).

Apesar do prazer reconfortante que podem ter os historiadores da medicina ao reconhecer no grande livro do internamento o rosto familiar, e para eles eterno, das psicoses alucinatórias, das deficiências intelectuais e das evoluções orgânicas ou dos estados paranoicos, não é possível dividir sobre uma superfície nosográfica coerente as fórmulas em nome das quais os insanos foram presos. De fato, as fórmulas de internamento não pressagiam nossas doenças; elas designam uma experiência da loucura que nossas análises patológicas podem atravessar sem nunca levá-la em conta na sua totalidade (FOUCAULT, 1978, p. 151).





A psicopatologia do século XIX, e possivelmente a psicopatologia contemporânea, acredita basear-se em um conceito de “homem normal”, percebido como referência anterior a experiência de doença, no entanto, tal padrão de normalidade é apenas uma construção cultural (FOUCAULT, 1978, p. 148). O louco, então, não é identificado como tal simplesmente porque a doença o afastou da norma, mas porque a cultura cria seu local de exclusão, estabelece uma normalidade e o insere em uma contraposição a ela, como doente a ser tratado. O surgimento da psiquiatria se constrói e articula em torno da figura dos ‘anormais’, sendo esses, qualquer um que a sociedade considera como desviante, ameaçador e exceção ao padrão convencionado (CAPONI, 2012).

Assim, as pretensões dessa ciência da loucura são difundidas socialmente. No contexto histórico europeu de fins do século XVIII e início do século XIX, começa a se consolidar um deslocamento significativo nas estratégias de poder, que reconfigura a estrutura do poder soberano, até então vigente. Emerge um “biopoder”, uma “biopolítica”, conceito enunciado pela primeira vez em uma conferência por Foucault, em 1974. Na biopolítica, o controle político da sociedade sobre os indivíduos não se opera unicamente pela consciência, moral ou ideologia, mas tem relação com o corpo dos sujeitos, associando-se ao biológico, ao somático. Um controle que se caracteriza por tomar, enquanto objeto de intervenções, os fenômenos comuns à vida, ao corpo e à espécie humana (CAPONI, 2012; SOARES e SOUZA, 2019).

Formula-se um controle não apenas do corpo e da vida individual, mas das populações ao todo. Surge, a partir disso, uma multiplicidade de patologias psiquiátricas e novas estratégias terapêuticas, que sustentam um discurso médico de poder sobre os corpos, um poder psiquiátrico visando a máxima do vigor e saúde das populações. E em nome da saúde de todos, a biopolítica pode multiplicar os espaços médicos de intervenção social (CAPONI, 2012).

É se referindo ao poderio médico sobre a loucura que Antonin Artaud, dramaturgo francês com histórico de internação psiquiátrica, escreve a “carta aos médicos-chefes do manicômio” em 1925.

O processo da vossa profissão já recebeu seu veredito. Não pretendemos discutir aqui o valor da vossa ciência nem a duvidosa existência das doenças mentais. Mas para cada cem supostas patogenias nas quais se desencadeia a confusão da matéria e do espírito, para cada cem classificações das quais as mais vagas ainda são as mais aproveitáveis, quantas são as tentativas nobres de chegar ao mundo cerebral onde vivem tantos dos vossos prisioneiros? Quantos, por exemplo, acham que o sonho do demente precoce, as imagens pelas quais ele é possuído, são algo mais que uma salada de palavras? (ARTAUD, 2020, p. 30).





A loucura, então, não recebe com a ascensão da psiquiatria, um estatuto de humanidade contra barbaridades que aconteciam no internamento. Ela não é “liberta”, é, na verdade, reformulado o relacionamento social perante ela, onde é criado um saber médico, capaz de intervir dentro e fora dos muros do asilo.

Tal espaço social destinado à loucura, por sua vez, mantêm-se bárbaro, ao qual Artaud (2020) consolida sua crítica:

No entanto, nos rebelamos contra o direito concedido a homens – limitados ou não – de sacramentar com o encarceramento perpétuo suas investigações no domínio do espírito.



E que encarceramento! Sabe-se – não se sabe o suficiente – que os hospícios, longe de serem asilos, são pavorosos cárceres onde os detentos fornecem uma mão-de-obra gratuita e cômoda, onde os suplícios são a regra, e isso é tolerado pelos senhores. O hospício de alienados, sob o manto da ciência e da justiça, é comparável à caserna, à prisão, à masmorra (ARTAUD, 2020, p. 30).

Nesse âmbito a loucura é desarmada, vista como anormalidade defeituosa e patológica, onde cabendo ao médico e todo o seu saber instituído, tratar dela, extingui-la e recompor a razão. Com essa finalidade, foram utilizadas variadas e brutais práticas médicas. Tratamentos potencialmente agressivos, em que ocorria uma clara banalização da vida humana e neles. Fica claro que, para recuperar a razão perdida, todo e qualquer método se justifica para o poder psiquiátrico (CAPONI, 2012).

Entre variados métodos, um efeito colateral amplamente tolerado era o próprio adoecimento dos internos, para eles era nocivo o descaso que os atravessava cotidianamente. Sobre isso, Cunha (1986, p. 141, apud Soares e Souza, 2019, p. 16) cita a carta feita por uma interna, Hortensia, sobre sua vida asilar: “fazem mais de seis anos que aqui estou sepultada (...) a consideração está acabando, a saúde, a mocidade, tudo foi n’esta casa infernal”. Da mesma forma, Arbex, cita Elza Maria, sobrevivente de um manicômio “a dor mais forte, porém, eu senti no coração. Pensei que fosse morrer ali. Acho que morri um pouco” (ARBEX, 2019, p. 77).

As estruturas dessa psiquiatria agressiva e excludente eram e ainda podem ser adoecedoras, em defesa da razão foram constituídos ambientes capazes de causar uma clara fragmentação humana, visto que sua atitude de reduzir os sintomas de pacientes sem proporcionar a eles outras maneiras de viver, é semelhante a impossibilitar seu acesso à realidade, tirando-lhes também a vida. Assim, a psiquiatria ocasionou continuamente mortes, não somente o assassinato direto, mas também a exposição aos riscos de morte e a destruição da potência de vida dos sujeitos (SOARES e SOUZA, 2019).





Evidenciam-se diversas evoluções dos debates, críticas e reformas nessa temática nas últimas décadas, no entanto, muito dessa postura segregadora frente a loucura se mantém e se reatualiza ainda hoje, como trabalha Arbex (2019, p. 208), “os manicômios continuam existindo, continuam sendo desumanos, tratando seres humanos como animais, produzindo mais doença e, com seu papel de depósito humano (temos milhares de pessoas internadas por 20, 30, 40 anos), Ainda mesmo com a redução desses manicômios, a lógica manicomial persiste, infiltrando-se nos lugares mais sombrios da estrutura social.

Nesse sentido, tal realidade não se restringe apenas ao espaço físico de restrição dos corpos e cerceamento nas paredes dos manicômios, como visto, a lógica do biopoder e do culto a razão apresenta-se de outras maneiras, em diversos campos da sociedade, por vezes, disfarçadamente, mas cada vez mais presentes. Mais normalizantes e mais normalizadas.

nos últimos trinta anos, reforçou-se uma tendência das sociedades modernas a pensar todos os seus conflitos e dificuldades em termos médicos, mais precisamente psiquiátricos. Crianças desatentas ou inquietas, que demandariam um cuidado especial de seus professores e familiares, passam a ser diagnosticadas com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). Mulheres vítimas de violência familiar ou de assédio moral no trabalho são diagnosticadas como depressivas. Pessoas que vivem em situações de precariedade laboral e que convivem com a ameaça permanente de desemprego recebem o diagnóstico de transtorno de ansiedade (CAPONI, 2012, pág. 15).

Agora, no ápice da execução do biopoder, a anormalidade passa a ser vista e imposta com mais frequência em comportamentos cotidianos. Então, uma questão que se engendra, entre muitas, é: se o sofrimento, a dor, a euforia, os anseios e alegrias, se todos esses sentimentos e ainda outros, tornam-se patológicos na máquina psiquiátrica, o que resta socialmente para ser humano?



CONCLUSÃO

A partir da análise de Michel Foucault e de outros autores complementares, é possível acessar algumas das múltiplas facetas atribuídas socialmente à loucura, desde a Idade Média e Renascença até a Idade Clássica, culminando na criação do modelo asilar e na disseminação de uma biopolítica moderna. Ao longo dessa trajetória histórica, diversos mecanismos influenciaram as percepções, os discursos e os poderes relacionados à loucura.

Foucault propõe uma análise crítica sobre como a sociedade ocidental lidou com a loucura ao longo do tempo, destacando a transição do tratamento da loucura como uma característica intrínseca ao ser humano para a exclusão do louco da sociedade. O autor argumenta que com a ascensão dos mecanismos de biopoder, a medicina psiquiátrica se desenvolve, fundamentando-se em práticas rigorosas aplicadas nos manicômios, sempre justificadas pela busca da razão e da normalidade.

Como apresentado ao longo do texto, as figuras da loucura que surgem na literatura e na pintura não se limitam a representar simbolicamente um período, mas ajudam a compreender como a sociedade passou a construir, deslocar e manejar a loucura historicamente. Foucault retoma essas imagens justamente para mostrar que, antes de ser classificada como doença ou capturada por discursos médicos, a loucura foi contada em narrativas, expressa em imagens, silenciada, ridicularizada e, por fim, trancada. A partir dessas representações, é possível visualizar os deslocamentos nos modos de exclusão, tratamento e controle, e perceber como muitos desses sentidos e práticas ainda permanecem, embora com novos significados, nos modos contemporâneos de lidar com o que é considerado loucura.

Dessa forma, a loucura não é uma condição imutável ou restrita a capacidades e diagnósticos médicos, mas uma construção histórica que se transforma, ganhando novas formas, conforme as estruturas de poder e as relações sociais. Nas políticas, na economia, nas leis, mas sobretudo nos discursos, a loucura assume diversas faces ao longo da história. E são essas construções que impactam a percepção da loucura, da saúde mental e da vida humana até os dias atuais, sendo importante um convite à revisão dos paradigmas de normalidade sustentados socialmente e reflexões sobre essas tensões que se formam entre liberdade e confinamento, entre a razão e loucura, entre o patológico e a vida cotidiana.



REFERÊNCIAS

ARTAUD, Antonin. **Escritos de Antonin Artaud**. L&PM Editores, 2020.

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2013. 233 p.

CAPONI, Sandra. **Loucos e degenerados**: uma genealogia da psiquiatria ampliada. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2012. 210 p.

DE ASSIS, Machado. **O alienista**. Editora Companhia das Letras, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978. 608 p.

NAVIO dos loucos. In: WIKIPEDIA: enciclopédia livre. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2010]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Navio_dos_Loucos#Referências. Acesso em: 29 de nov. 2024.

SANTOS, M. **Comunidades terapêuticas no Brasil**: contornos, funções e objetivos. Ipea, Brasília, 2014.

SOARES, S. de A.; SOUZA, L. A. F. Dispositivo psiquiátrico e produção de sujeitos matáveis no Brasil entre fins do século XIX e início do XX. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 12, n. 3, p. 605-626, 2019.

